



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638705 - GO (2021/0001783-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : CARLOS AUGUSTO FERREIRA DE LIMA  
**ADVOGADO** : CARLOS AUGUSTO FERREIRA DE LIMA - GO016419  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : WILIAN VOLPATO RAPHAEL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILIAN VOLPATO RAPHAEL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (5622638-66.2020.8.09.0000).

O paciente, preso preventivamente, foi condenado a uma pena de 8 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, como incurso nos crimes de tráfico de drogas, porte de arma de fogo de uso permitido e posse de munição de uso restrito, tipos descritos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e nos arts. 12 e 16 da Lei n. 10.826/03.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente da segregação cautelar, visto que está preso há 1 ano e 6 meses e ainda aguarda o julgamento do recurso de apelação. Aduz que tal demora afronta decisões proferidas pelo STF nas ADCs n. 43, 44 e 54 e viola o art. 316 do CPP.

Afirma que o paciente possui residência fixa, trabalho lícito, primariedade técnica e filhos menores, situação que reforça seu direito de responder em liberdade.

Ressalta, ainda, os riscos de contágio pela pandemia da covid-19 e as disposições constantes da Recomendação CNJ n. 62/2020 e do julgado da ADPF n. 347 do STF.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de revogar a prisão do paciente, a fim de que possa recorrer em liberdade, com a expedição do alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente